

# Senado ataca governadores

Brasília – Arnildo Schulz – 23/3/97

CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA – O Senado começa hoje uma grande ofensiva contra os governadores que são candidatos à reeleição e estão utilizando recursos da antecipação de receita das privatizações para obras e pagamento de salários. Vale lembrar que, na eleição para governador, em 98, os atuais titulares serão enfrentados por vários parlamentares do Senado, que pretendem candidatar-se aos governos estaduais.

Na sessão de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos da Casa, o senador Vílson Kleinubing (PFL-SC) vai propor que a comissão aprove um manifesto contra o processo de reestruturação das dívidas estaduais, como primeiro passo para uma resolução do Senado restringindo a liberdade dos governadores de fazer uso indiscriminado das verbas que estão recebendo.

“Este dinheiro nas mãos dos governadores compromete a lisura do processo eleitoral. Estamos assistindo a privatizações indiscriminadas, com injeções antecipadas de recursos para governos, que vão viciar as eleições”, afirma o senador José Agripino Maia (PFL-RN).

O mesmo Agripino questiona: “Se a lei que regula as desestatizações da União obriga ao uso de 100% dos recursos para o abate da dívida pública, por que o governo federal aceitou que os estados usem apenas 20%?”

De acordo com Agripino, o Senado vai propor que este percentual seja elevado para 75%.

**Estopim** – A revolta dos senadores teve como estopim as declarações do governador de Rondônia, Valdir Raupp (PMDB), de que vai utilizar os recursos recebidos para a privatização das centrais elétricas de seu estado em obras e, em função de tê-los recebido, dará seu apoio de modo incondicional à reeleição do



*Kleinubing quer restringir a liberdade no uso de verba por governadores*

presidente Fernando Henrique Cardoso.

“Queremos que o governo federal pare imediatamente de financiar a campanha de nossos adversários. No Piauí, o governo estadual está vendendo o patrimônio para pagar o funcionalismo. Isto é inadmissível!”, denuncia o líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), candidato declarado ao governo do estado contra o atual governador, Mão Santa (PMDB).

O uso de uma vasta soma de recursos por governadores atolados em dívidas e em plena campanha pela reeleição preocupa os senadores não apenas pelo desequilíbrio na disputa

eleitoral, mas também pelo efeito “bomba-relógio” que estas antecipações poderão ter.

“Os governadores farão campanha no próximo ano, às custas do comprometimento definitivo da administração seguinte. Este processo já havia sido detectado em todo o esquema descoberto pela CPI dos Precatórios”, acusa o senador Roberto Requião (PMDB-PR), outro potencial candidato, só que ao governo do Paraná.

**Reformulação** – A comissão não vai se limitar a preparar apenas este golpe contra a pretensão dos governadores. Seus membros também vão tentar definir, até o fim deste ano, uma completa reformulação das nor-

mas atuais para a autorização de endividamento por estados e municípios.

O senador Vilson Kleinubing vai propor ainda limites drásticos para a obtenção de novos empréstimos, por parte de governadores e prefeitos.

Se o roteiro proposto por Kleinubing prevalecer, será impossível, por exemplo, que um governador de estado consiga captar recursos no mercado financeiro para bancar a isenção fiscal concedida para a atração de indústrias. “Nenhum empréstimo será autorizado se sua finalidade contrariar diretrizes do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)”, afirma o senador catarinense.

O limite de endividamento também deverá ser revisto. A parte principal do empréstimo não poderá ultrapassar o equivalente a um ano da receita líquida disponível, independente do prazo de resgate ou de carência. A única exceção será para contratos financiados por organismos multilaterais ou agências oficiais, como o Banco Mundial (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o BNDES e a Caixa Econômica Federal. Nestes casos, o limite será o da receita líquida, acrescido de 25%.

Outra brecha para a captação de recursos que será vedada aos governadores diz respeito às debêntures. Estes papéis lançados por empresas estatais, em muitos casos, têm os seus recursos destinados a novas empresas, criadas especificamente para administrá-los e financiar todo tipo de projeto do governo.

Em resumo: as debêntures acabam funcionando como título público, embora formalmente não o sejam. “A partir da votação desta resolução que vamos começar a estudar, qualquer emissão de debêntures com estas características terá que ser aprovada pelo Senado”, avisa Kleinubing.